



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia

PLANO DE AÇÃO 2023/2024

FÓRUM PERMANENTE
DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA



EDUCAÇÃO **ESCOLAR** **QUILOMBOLA**

FÓRUM PERMANENTE PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DA BAHIA

COORDENADOR EXECUTIVO
JOSÉ RAMOS FREITAS

COORDENADORES TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO BAIXO SUL

TITULARES: EDEZIO VILAS BOAS (TEOLÂNDIA, WENCEALAU GUIMARÃES E PRESIDENTE TANCREDO NEVES)

ILISETE DA HORA: (CAMAMU, IGRAPIÚNA, ITUBERÁ, NILO PEÇANHA, CAIRU, TAPEROÁ E VALENÇA)

SUPLENTE: SIMONE TELES
LEILA SANTOS

COORDENADOR TERRITOTRIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA
NO LITORAL SUL

TITULAR: CLAUDIO SOLEDADE

SUPLENTE: LEIA

1. APRESENTAÇÃO

O Fórum de Educação escolar Quilombola da Bahia é uma organização não governamental criada no dia 30 de maio de 2013, após a realização de uma Plenária Estadual de Quilombos da Bahia. É um órgão sem fins lucrativos e econômico partidário. Tem como objetivo principal promover a articulação e o fortalecimento de lutas com a finalidade de garantir as políticas públicas de direito e de uso coletivo dos territórios para Educação Escolar Quilombola na Bahia, no tocante, apoiando as comunidades e organizações quilombolas municipais, a fim de que conheçam integralmente os direitos que lhes são assegurados por lei. O Fórum compõe na sua estrutura de funcionamento, Quatro coordenadores Executivos, membros e coordenadores territoriais. Neste sentido, o presente documento, baseia-se no regimento interno do Fórum, e a coordenação territorial apresenta proposições à Coordenação Executiva e demais lideranças quilombolas. Este plano propõe ações anual, destinadas as comunidades quilombolas do território Baixo Sul.

2. JUSTIFICATIVA

Era um caminho sem volta, apesar de todo o ódio da casa grande. E foi esse ódio que começou a ficar mais visível e audível em ambientes escolares. O ódio, no Brasil, nunca foi contra o pobre, necessariamente, mas primeira e principalmente contra o negro. A partir de 2010, movimentos articulados com lideranças e comunidades quilombolas, começaram a pressionar e policiar a implementação das leis da educação das relações étnico-raciais. O recuo, por parte de gestores, municipais e estaduais, fica mais forte, e a implementação das leis, especialmente da Educação Escolar Quilombola começaram a definhar. Estamos há exatamente vinte anos da promulgação de uma das primeiras leis decretadas pelo então presidente Lula que ampara a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro brasileira. A Lei 10.639/03 é um divisor de águas, tanto na compreensão do que é a educação antirracista, quanto do que é a própria visão de cada pessoa sobre si e sobre as outras pessoas, neste país.

Muitos são os avanços, mas também os recuos e até retrocessos, como os que vivemos nos últimos quatro anos.

A Lei 10.639/03 continua a ser um desafio, como é o combate ao racismo, essa forma multiformal de opressão e dominação da parte de grupos hegemônicos economicamente que ditam quem deve viver e quem deve morrer, especialmente em um país marcado por séculos de colonialismo, e pelos neocolonialismos de plantão. Os avanços conseguidos no passado, nos dão a dimensão do que é possível e necessário avançar. O letramento racial precisa ser, urgentemente, uma missão, também das escolas, públicas e privadas, mas principalmente, da rede pública, em todas etapas, modalidades e níveis para e com os nossos quilombolas. Nesses vinte anos, o racismo se reinventou, bem como, a forma de compreendê-lo. E a educação precisará corresponder a esses movimentos, sob pena de ser uma educação anacrônica. Considerando a atual euforia, e necessidade das lideranças e comunidades quilombolas, no desenvolvimento de ações educacionais, e com as manifestações de insegurança, falta de interesses por parte de muitos Gestores Municipais, e de Educação, frente às iniciais investidas neoconservadoras recusando a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, as Coordenações Territorial temática do CIACOQ, e do Fórum Estadual Permanente da Educação Escolar Quilombola do Baixo Sul e Litoral Sul, planejam e apresentam ações e estratégias frente às demandas educacionais apresentadas por lideranças quilombolas dos territórios. O Fórum Permanente Estadual de Educação Escolar Quilombola, há 13 anos, reúne lideranças de todos os territórios da Bahia em torno da luta pela visibilidade e urgência da Educação Escolar Quilombola, especialmente nos municípios. No entanto, ainda há muito que ser conquistado e consolidado. Mediante essa necessidade, mensalmente nos reunimos e participamos das Assembleias do Conselho Inter territorial de Articulação das Comunidades Quilombolas (CIACOQ), promovendo aquilombamento, levando pauta as demandas educacionais com os coordenadores do Fórum e a coordenação Temática da EEQ dos territórios do Baixo Sul e Litoral Sul. Concomitante e considerando a importância e necessidade de planejar ações de forma coletiva e democrática, o primeiro momento para traçar este plano, foi feito através de escutas durante as reuniões do Conselho, nas comunidades e associações, durante o segundo semestre do ano de 2022, atentos e atentas às políticas de ações afirmativas discutidas nos debates coletivos no território. O segundo momento foi realizado no dia 27 de janeiro de 2023, em grupo foram traçadas as ações e estratégias com e para as lideranças e comunidades quilombolas. A iniciativa de traçarmos as ações seguintes, deve-se ao fato de percebermos a profunda falta de investimento, descumprimento das Diretrizes

Nacionais e Estaduais, descumprimento de legislações do PNAE, FUNDEB, formação continuada dos profissionais da educação nos municípios. O que percebemos ainda em alguns municípios, é que há uma educação folclorizada baseada em datas festivas principalmente para os estudantes oriundos de comunidades quilombolas que estudam fora do território quilombola. Há projetos, diversos, mas sem a densidade necessária para se abordar as temáticas da História, da Cultura Afro-brasileira e dos dilemas sociais, políticos e culturais em torno da realidade étnico-racial local e situada. A nível estadual, a SEC compreende ser de sua responsabilidade apenas as escolas quilombolas estaduais. O investimento estadual no fomento da concretização da Educação Escolar Quilombola praticamente inexistente, enquanto projeto e também enquanto orçamento e ações. O resultado dessa inércia e timidez na efetivação das políticas públicas sobejamente previstas em todo um arcabouço jurídico pode ser medido na pouca compreensão, mesmo após vinte anos, por parte dos novos estudantes, da importância da necessidade de se combater todas as formas de racismo. De um lado, as Secretarias Municipais de Educação, pautadas pela compreensão ideológica de seus gestores, na maioria das vezes, vinculados à cultura cristã neopentecostal, que ao não priorizarem a implementação da 10.639/03, no bojo dessa inação vem a não priorização da Educação Escolar Quilombola. Escolas em comunidades quilombolas sendo fechadas indiscriminadamente. As escolas municipais que atendem estudantes quilombolas cometem dupla omissão de cumprimento legal. Assim, vimos apresentar a todas as comunidades quilombolas dos territórios do Baixo Sul e Litoral Sul, o plano de ação articulado ao conselho, preconizado suas ações no regimento interno no CIACOQ, como políticas públicas estratégicas e de direito de toda a população quilombola do território.

3 - OBJETIVO GERAL

Garantir a qualidade da ação pedagógica para a Educação Escolar Quilombola, numa ação conjunta da escola/comunidade, lideranças, secretarias Municipais e Estadual de Educação, para o fortalecimento da identidade cultural e dos meios de produção da localidade, assegurando o acesso, permanência e sucesso dos estudantes.

3.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Apoiar as comunidades quilombolas e Secretarias Municipais de Educação na implementação da Lei 10.639/03, construção e implementação de Diretrizes municipais para Educação Escolar Quilombola;
- ✓ Propor ao Poder Público a implementação de ações que atendam as demandas aprovadas no Conselho de Articulação das Comunidades Quilombolas e nos diferentes espaços democráticos no âmbito do movimento Quilombola;
- ✓ Apresentar e defender as reivindicações das organizações quilombolas territorial e comunidades quilombolas frentes as autoridades municipais, estaduais e federais;
- ✓ Promover a discussão, debate e aprofundamento das questões relacionadas à Educação Escolar Quilombola;
- ✓ Colaborar na implementação de Diretrizes Curriculares nacionais, estaduais e municipais da Educação para que atendam às necessidades Educacionais das Comunidades Quilombolas;
- ✓ Propor, monitorar avaliar as iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas à Educação Escolar Quilombola;
- ✓ Ser mediador entre as Comunidades Quilombolas e Escolas, Secretarias Municipais, Secretaria Estadual da Educação;
- ✓ Articular parcerias entre Estado, Municípios, Associações, Conselhos Regionais e comunidades, quilombolas para a promoção da educação antirracista;
- ✓ Encaminhar propostas aos Poderes Públicos Estaduais e Municipais, para subsidiar a elaboração de políticas públicas e projetos que venham beneficiar de forma efetiva os sujeitos quilombolas;
- ✓ Monitorar, acompanhar e avaliar as atividades educacionais voltadas para a educação escolar quilombola.

4. AÇÕES E ESTRATÉGIAS

AÇÃO	ESTRATÉGIA	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	FINALIDADE
1. Intermediação e Atuação Comunidades Quilombolas/Secretarias Municipais de Educação/ Núcleos territorial, Universidades/Ifes, CEPROMI...	1.1. Solicitação oficial de reuniões/agendas para pautar demandas apresentadas pelas comunidades quilombolas; 1.2. Solicitar autorização para visitar escolas quilombolas e ou que atendem estudantes quilombolas;	Janeiro a novembro	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da implementação das ações afirmativas para Educação Escolar Quilombola;
	1.3. Propor parcerias com universidades e ou outros órgãos educacionais, sociais e cultural.	Janeiro a novembro	<ul style="list-style-type: none"> Formação política e educacional;
	1.4. Promover e realizar orientações pedagógicas aos municípios.	Janeiro a novembro	<ul style="list-style-type: none"> Implementação da Lei 10.639/03, Diretrizes Estaduais e Nacionais para EEQ, e Construção e implementação das Diretrizes Municipais Para Educação Escolar Quilombola
2. Acompanhamento e monitoramento	2.2 Criar uma ferramenta de acompanhamento e monitoramento, das ações pedagógicas municipais;(ANEXO AO PLANO) 2.3. Criar um banco de dados com informações (endereço, telefone, e-mail, quantitativos de escolas e estudantes), coordenadores pedagógicos. 2.4. Visitar escolas/ municípios;	Mês fevereiro a novembro	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar, monitorar a implementação das Diretrizes Estaduais e Municipais para Educação Escolar Quilombola nos municípios do território do Baixo Sul.
	2.4. Reuniões territoriais	Março e setembro	<ul style="list-style-type: none"> Reunir lideranças e coordenadores pedagógicos dos territórios para pautar e socializar as ações realizadas nos municípios.
3. Formação	3.1. Estabelecer diálogo com entidades e elaborar uma proposta de formação política sobre EEQ; 2.2 Solicitar parceria com a Secretaria Estadual de Educação, NTE, IFBA e IFBIANO, UNEB, UESC, UFRB,	Março a novembro de 2023	<ul style="list-style-type: none"> Promover a discussão, debate e aprofundamento das questões relacionadas à Educação Escolar Quilombola.

	<p>para juntos realizarmos um diálogo formacional, nas assembleias e escolas para lideranças e educadores quilombolas por 30 minutos mensalmente, por 9 meses com temas pré estabelecidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola; ✓ Currículo e documentos basilares para EEQ; ✓ PNAE, Merenda Escolar(Cardápios escolares); ✓ Lutas desafios da EEQ; ✓ Infraestrutura e transporte escolar para EEQ; 		
4. Diretrizes Para Educação Escolar Quilombola.	4.1 Propor, uma parceria na construção e ou implementação das Diretrizes estaduais, municipais, apoiando orientando as Secretarias Municipais de Educação e comunidades quilombolas.	Fevereiro a Dezembro de 2023	Garantir, uma pedagogia própria e específica para os estudantes, educadores e comunidades quilombolas.
5. Implementação da Lei 10.639/03 nos municípios dos territórios do Baixo Sul.	<p>5.1 Orientações, visitas, acompanhamento e debates formacionais, nos encontros inter territoriais, municipais estaduais escolares.</p> <p>5.2 Subsidiar o recebimento e a entrega de materiais didático pedagógico através da Secretaria Estadual de Educação</p>	Março a Dezembro de 2023	Garantir, uma pedagogia própria e específica para os estudantes quilombolas, respeitando a cultura africana e afro brasileira.

OBSERVAÇÃO: Este plano foi traçado, idealizado pela lideranças quilombola, coordenadores do conselho, educadores presentes, na assembleia do CIACOQ, no dia 27 de janeiro, no município de Camamu/Baixo Sul.

5- AVALIAÇÃO

A avaliação deste Plano de Ação dar-se-á por meio da análise entre o que foi planejado e o que está sendo efetivamente executado, no final do ano, em assembleia. Ele é flexível e poderá ser avaliado constantemente, podendo ser alterado sempre que o movimento julgar necessário.

6 – REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, MEC:2012.

Resolução n 68/20013 Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

MUNANGA, Kabenguele. (Org.) Superando o racismo na escola. 2ª edição. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

Baixo Sul Elitopalsul



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia

CRONOGRAMA DE AÇÕES JÁ REALIZADAS NO ANO DE 2023(Baixo Sul)

AÇÃO	PÚBLICO	SITUAÇÃO HOJE...
1Disponibilidade de 1 dia da semana dedicada ao Movimento;	ILISETE E SIMONE	Ilisete (Reafirmação com a Secretaria e disponibilidade desde ano de 2018. Simone . Conversa com a prefeita no mês de fevereiro
2. Participação da reunião coletiva no município de Camamu com solicitação oficial do Cardápio municipal, Projeto Político Pedagógico de duas escolas quilombolas, e Currículo Municipal , para apreciação, em fevereiro	Lideranças quilombolas e Secretário de Educação no município de Camamu com lideranças.	Sem retorno até hoje
3. Encaminhada carta ao CIAPRA, notificando a falta de diálogo com o município, Secretaria Municipal de Educação do Município de Igrapiúna, em janeiro	CIAPRA	Foi entregue pelo prefeito de Camamu e estamos sem retorno, até hoje
4.Convite e Participação nas Jornadas pedagógicas.	Educadores e educadoras dos municípios de Valença e Taperoá	

5.Elaboração coletiva do Plano de Ação do Conselho e FEEQ;	Estudantes e lideranças quilombolas	Apreciação e aprovação/ou não aprovação.
6.Orientações pedagógicas no mês de março. Orientações para construção de Diretrizes municipais e implementação das leis 10.639/03 e Leis 11.645/08	Municípios de (Nilo Peçanha, Taperoá e Cairu).	
7. Participação dos estudos e construção das Diretrizes Municipais para Educação Escolar Quilombola no município de Ituberá;	Comissão do movimento de construção	Em construção, com pouca participação da comissão.
8. Notificação sobre a falta de participação do Colégio Estadual Idelzito Eloy de Abreu, APLB/Sindicato, e representante do poder Legislativo na construção das Diretrizes Municipais para Educação Escolar Quilombola do município de Ituberá	NTE, Aplb Sindicato e Câmara de Vereadores de ITUBERÁ	Resposta positiva dos órgãos, no entanto, os mesmos insistem em não participarem Encaminhamentos: Notificar ao Ministério Público tal ausência e omissão);
9.Aquisição de materiais pedagógicos para território, através da SEC Estadual;	Educadores e lideranças	Entrega no mês de Abril (Calendários e trilhas)
10.Formação para educadores, educadoras e lideranças quilombolas.	Agenda com Erica para o dia 27 de abril no município de Taperoá	Encaminhamentos: Em negociação com as Secretarias de Educação para encontros no mês de Abril, maio e Setembro nos municípios de Taperoá, Cairu e Nilo Peçanha com Mile Fernandes e Erica Capinan.



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia

BANCO DE DADOS 2023

MUNICÍPIO	SECRETÁRIA(O) DE EDUCAÇÃO	COORDENADOR(A) PEDAGÓGICO(A) EEQ	COMUNIDADE	ESCOLAS	NÚMERO DE ESTUDANTES
CAIRU	CAROLINE SILVA OLIVEIRA		Sede	Escola Abdalla Ché Fund II	
			Sede	Escola Luís Navarro De Brito	
			Sede	Creche E Escola Novo Tempo	
			Galeão	Escola Humbetto Barbosa	
			Galeão	Creche Virginia Menezes	
			Torrinhas	Angelina Pacheco	
			Monte Alegre	Escola Santo Antônio	
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:					
CAMAMU	QUIEVILIN SOUZA DOS SANTOS	LEILA SANTOS	ACARAÍ	Escola Profª Arabela Pirajá M. P da Rocha	
				G. Escolar Emilio Garrastazu Medice	
			BARROSO	Es. Reunidas Barroso	
			GARCIA	Es. Santos Dumont	
				Es. Baía de Camamu	
			JATIMANA	Escola Boa Vista	
				Es. Maria Quitéria	
			PEDRA RASA	Es. Dr. Agnelo da Rocha Lira	
PIMENTEIRA	Es. Santa Augusta				
PORTO DO CAMPO	Es. Tomé de Souza				

			PRATIGI	Es. Lomanto Junior	
			RONCO	Escola da Paz	
			TAPUIA	Es. Mun. de Tapuia	
				Es. Ant Nascimento	
				Escola Novo Futuro	
				Escola São Miguel	
			TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:		
IGRAPIÚNA	ANTONIETA PAIXÃO		LARANJEIRA	Escola Idalina de Jesus	
ITUBERÁ	ELISANGELA DE ASSIS NASCIMENTO	MARIA DAMIANA DOS SANTOS	BREJO GRANDE	EMEF: Pastor Francisco Lopes	
			INGAZEIRRA	EMEF Altina Ana	
			LAGOA SANTA	EMEF: Onésimo Muniz	
			RIO DOS CAGADOS	EMEF Fernando Mario	
			SÃO JOÃO	EMEF: Vilma Costa	
			TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:		
TAPEROÁ	CLAUDETE DA SILVA LISBOA MARTINS	RENATA GABRIELA	GRACIOSA	Escola São Salvador	
				Creche Oscar Bulcão	
			MIGUEL CHICO	Escola Miguel Arcanjo	
			EDRA BRANCA	E. M. Reunidas Pedra Branca	
			LAMEGO	Es. São Vicente De Itaparica	
			TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:		
NILO PEÇANHA	JULIETTE DUARTE DE SOUZA	ANTONIA MARIA	JATIMANE	E. Nossa Senhora Das Graças	
			TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:		

VALENÇA	ALBETE FREITAS	ELIDIANA SANTOS	JEQUIRIÇÁ	Es.M. Barão Do Rio Branco	
				Es.M. Chico Mendes	
				Es. M. Hilton Couceiros De Matos	
				Es. M. Pedro Sartmento	
				Es. M. Porfírio Felisminio Dos Santos	
			CANDIMBA	Escola M. Nilton Libertador	
			RIO VERMELHO	Escola M. Ivone Chaves Libertador	
			AROEIRA	Es.M. Cosme E Damião	
			NOVO HORIZONTE	Escola M. José Albertino Dos Santos	
			SARAPUÍ	Escola M. Ataliba Pereira Lacerda	
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:					
WENCESLAU GUIMARÃES	Antônio		MUCUGÊ	Esc. Mucugê	
			NOVA ESPERANÇA	Escola Simão Batista Esc. Caminho da Boa Esperança,	
			SARILÂNDIA,	Esc. Santa Luzia	
			RIACHÃO DAS FLORES	Esc. Folomena Damascena Ferraz	
			JERICÓ	, Esc. Presidente Medici	
			PATIOBA	Esc. Alcides Jose Santos	
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:					
PRESIDENTE T. NEVES			PAU DA LETRA	Escola Municipal Monte Sinai	
			ALTO ALEGRE	Escola Municipal Alto Alegre	
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:					
TEOLÂNDIA			BOQUEIRÃO		
			TOTAL GERAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS:		



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia (FPEEQ)

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES MUNICIPAIS PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

AÇÕES E ETAPAS SUGERIDAS	COMO?	QUEM?
1.PRIMEIRA MOBILIZAÇÃO PARA FIRMAR COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES.	Reunião com lideranças quilombolas e o Poder Público Municipal.	Lideranças, gestor (a)municipal e Secretaria Municipal de Educação
2.PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO	Depois da primeira reunião com poder público, lideranças, a coordenação pedagógica responsável, elabora o plano de ação com cronograma de ações	Secretaria Municipal de Educação/Coordenação Técnica da Educação Escolar
3.COMISSÃO	Criar e legalizar uma comissão para o movimento de estudo das Diretrizes Curriculares Estadual, e construção das Diretrizes Municipais para Educação Escolar Quilombola.	Representantes; Titular e suplente <ul style="list-style-type: none">• Lideranças das comunidades• APLB• Poder Legislativo• Secretaria Municipal de Educação• Jurídico da SEC• Conselho Municipal de Educação• Igualdade Racial• Gestores, professores e coordenadores pedagógicos quilombolas;• Fórum e ou movimento quilombola do território;

		<ul style="list-style-type: none"> • Colégio(s) municipal e estadual que atendem a estudantes quilombolas fora das comunidades; • Assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Educação
4.LEGALIZAÇÃO DA COMISSÃO	Orienta-se que a SEC Publique no diário oficial do município, a Portaria de nomeação da comissão com titulares e suplentes.	Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação
5.APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação do plano de ação para as comunidades quilombolas e para a comissão instituída; ✓ Encaminhar plano de ação com assinatura das lideranças para o Fórum EEQ; ✓ Organizar livro de ata para registrar as contrações e presenças; ✓ Distribuir as funções dos participantes (relatores)em cada encontro. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O(a) coordenador(a) da modalidade; <p>Sugere-se registrar todos os momentos seguintes em ata e frequência, comprovando as presenças</p>
6.ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO PARA ESCUTAS	Elaborar um questionário para diagnosticar os aspectos: sociais, geográfico, religioso, cultural e econômico das comunidades quilombola.	✓ O(a) coordenador(a) da modalidade;
7.ESCUTAS/MINI CONFERÊNCIAS	<p>A partir do cronograma, contemplado no plano de ação, com as datas, realizar a pesquisa de campo nas comunidades, para as escutas ativas.(No mínimo dois momentos de escuta, a depender da logística e necessidade), por comunidades</p> <p>Tema gerador das escutas: A escola que temos, e a escola que queremos.</p> <p><i>Ouvir os griôs, estudantes, educadores, comunidades...</i></p>	Secretaria Municipal de Educação/Coordenação Técnica da Educação Escolar Quilombola, Comissão das escutas ativas.
8.SOCIALIZAÇÃO DAS ESCUTAS	Reunir as comunidades, educadores comissão para apresentar os passos percorridos até momento.	Lideranças de todas as comunidades quilombolas, educadores, estudantes, comissão e Secretaria Municipal de Educação.

9.ELABORAR OU REVER O CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE ESTUDOS	Revisitar o plano e programar ou reprogramar as etapas de estudos das diretrizes estaduais e traçar as diretrizes municipais	✓ O(a) coordenador(a) da modalidade;
10.ESTUDOS E CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAL E MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.	Momento de estudar e traçar as diretrizes municipais fazendo as inferências das diretrizes específicas	Toda a comissão instituída
11.REVISÃO	Momento de revisar todas as construções com assessoria jurídica	Toda a comissão
12.AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR O DOCUMENTO	Neste momento a Secretaria de Educação apresentará o documento para as comunidades, sociedade civil e aos educadores municipais (principalmente aos envolvidos com a Educação escolar Quilombola).	Secretaria Municipal de Educação e comissão de construção das Diretrizes Municipais.
13.APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO CONSELHO	Encaminhar o documento para Conselho Municipal de Educação.	Gestão Municipal e Secretaria Municipal de Educação
14.APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	Encaminhar o documento e o parecer do CME para a câmara de vereadores	Secretaria Municipal de Educação
15.PUBLICAÇÃO	A publicação do documento no diário oficial do município após a aprovação do CME e Poder Legislativo	Secretaria Municipal de Educação-

Observação: Tais orientações pedagógicas, são baseadas nas Diretrizes Nacionais e Estaduais para Educação Escolar Quilombola, Lei de Diretrizes Básicas da educação (LDB 1996), escutas e não devem servir como parâmetro/receita pronta de forma unilateral e vertical. São apenas proposições, estando disponível para sugestões do coletivo quilombola.



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia (FPEEQ)

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/03, 11.645/08 E DAS DIRETRIZES ESTADUAIS PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

1. Sou novo(a) na Educação Escolar quilombola, o que devo fazer para oportunizar uma educação específica, com a pedagogia própria para a modalidade?	<ul style="list-style-type: none">✓ Recomenda-se que haja ou seja um educador pesquisador, engajado, capaz de elaborar/traçar metas e estratégias coletivas, de forma democrática com consulta para e com demais envolvidos no processo;✓ Realizar Intercâmbios com outras escolas, municípios, territórios;✓ Considerar os mais velhos e as associações das comunidades como bibliotecas vivas;
2. Como funciona a educação escolar quilombola?	A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, e em escolas que recebem um número expressivo de estudantes oriundos de comunidades quilombolas, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e pressupõe formação específica para o quadro docente, observado os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios da EEQ.
3. Quais são os princípios pedagógicos que regem a Educação Escolar Quilombola?	<ul style="list-style-type: none">✓ respeito aos processos históricos de luta pela regularização dos territórios quilombolas, reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional; dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;✓ proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;✓ promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;✓ direito ao etnodesenvolvimento, entendido como modelo de desenvolvimento alternativo, que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;✓ direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;✓ Considerar o trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;✓ valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas, que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero; ✓ cultivo e valorização da tradição oral, da memória histórica afro-brasileira, da ancestralidade e da erudição popular dos “mais velhos” como fonte de conhecimento e pesquisa e como conteúdo da Educação Escolar Quilombola. o respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
Quem deve me apoiar para implementar as Diretrizes Nacionais Estaduais para Educação Escolar Quilombola?	Além dos documentos referenciais basilares, é primordial o diálogo com a comunidade, associações, movimentos organizados, apoio e participação da Secretarias Municipais de Educação, Conselho de Igualdade Racial, Cultura, CME, parcerias com militantes, pesquisadores e universidades.
Quais documentos basilares devem nortear a EEQ de forma específica?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O currículo municipal com a parte diversificada, contemplado com eixos e ou temas integradores inerentes à modalidade; ✓ O Projeto Político Pedagógico construído e implementado com diversos atores envolvidos; ✓ LDB, Diretrizes Nacionais, Estaduais, municipais para EEQ.
Como deve ser o currículo para Educação Escolar Quilombola?	<p>Os currículos da Educação Escolar Quilombola, precisam ser aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, construído a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político pedagógicos que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;</p> <p>Deve garantir aos estudantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção; ✓ o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil e na Bahia, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas; ✓ considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, político e pedagógico atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, de matriz africana ou não, e a proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas; ✓ ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, temas geradores ou matrizes conceituais, em que os objetos de conhecimento dos diversos componentes curriculares sejam trabalhados as habilidades numa perspectiva interdisciplinar.
Como deve ser o projeto político pedagógico das escolas quilombolas?	<p>De acordo o Art. 26 da Resolução 68/2012, o projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola, e deve se pautar nas seguintes orientações:</p> <p>I – observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução;</p> <p>II – ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar; e</p> <p>III – atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas</p> <p>Deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.</p> <p>IV- Considerar primeiramente os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;</p>

<p>Como eu planejo para atender a pedagogia própria para Educação Escolar Quilombola?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre componentes curriculares, com temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades; ✓ Elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógico, produzidos no percurso formativo dos educandos, com conteúdo culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas; ✓ Incluir as comemorações regionais e locais, no currículo; ✓ Escutar as lideranças, estudantes e comunidades quilombolas. Qual escola e educação que vocês querem? sair dos muros da escola; ✓ Considerar as práticas locais e culturais; ✓ planejar ações de pequeno, curto e longo prazo; ✓ Participar e promover momentos formativos para os educadores; Planejamentos específicos voltados para a EEQ; ✓ Trabalhar a questão étnico-racial desde a pré-escola; ✓ Promover Rodas de conversa. ✓ Na educação escolar quilombola deve ter como princípio que os indivíduos quilombolas narrem a sua versão da História com suas Histórias, que construam os significados que julgam serem representativos de suas histórias e vivências
<p>Metodologias sugeridas</p>	<p>Inventário da realidade (Segue em anexo ao plano)</p> <p>Mapa falante ou croqui;</p> <p>Sequencia didática a partir de contos africano ou livro literário;</p>
<p>O que não devemos fazer?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Negligenciar e desconsiderar as práticas situadas da educação Escolar Quilombola; ✓ Não devemos propor uma educação folclorizada, baseada em datas comemorativas; ✓ Não adianta comprar ideias, pacotes fechados de coisas que são trabalhadas em outros municípios, escolas, estados e não preconizar a realidade local.

INVENTÁRIO DA REALIDADE

Neste plano de ação, sugere a proposta da produção do inventário da realidade, para todas as escolas quilombolas, tendo como fonte de inspiração o espaço externo a qual a criança está inserida, ações pautadas na busca de fortalecer a parceria escola e comunidade, ações cooperativas, resgate de laços afetivos e pertencimento. O quilombo, mais do que um perímetro não urbano, é um território de possibilidades que dinamiza as condições sociais existentes, enquanto projeto de mundo, de homem/mulher e de sociedade.

Considerando os aspectos Histórico, Educacional, Cultural e Ambiental da comunidade escolar, pois este se constitui num instrumento investigativo, para além das atividades presenciais, contemplando os conceitos e habilidades curriculares mais importantes para a vida dos estudantes de forma interdisciplinar, garantindo assim, uma melhor apropriação de conhecimento, ensino, participação e protagonismo dos estudantes na condução da vida escolar transversalizando aos saberes.

A metodologia do inventário da realidade, tem como objetivo trazer a realidade que nos rodeia para dentro da escola, objetivando percorrer a comunidade, para saber e conhecer os moradores e moradoras e também a sua biodiversidade, em grupos, os e as estudantes poderão entrevistar algumas famílias, abordando o tema dos recursos naturais, aspectos sociais, mundo do trabalho, produção agrícola e formas de organização social. A experiência propõe ser muito rica e os resultados tencionam serem apresentados de forma lúdica, como experiências exitosas, contextualizada, dialogando com os componentes curriculares e objetos e conhecimento, a acontecer entre os meses de abril a junho do corrente ano.

A proposta pressupõe de dois momentos importantes a saber. O primeiro momento, propõe o processo investigativos de aspectos econômicos, agrícolas, sociais, culturais, educacionais. O segundo momento propõe instrumentalizar as informações inventariadas. Por isso, orienta-se que as duas etapas sejam consideradas e realizadas no primeiro trimestre do cada ano letivo.

Primeira fase: Ficha com questões norteadoras, possíveis de sofrerem alterações. **Segunda fase** é o momento de instrumentalização, sugere-se aqui uma produção de cartilha ilustrada, croqui da comunidade, folheto, cartaz, painel, documentário etc. Vale a pena ressaltar, que a intenção inicial da realização do Inventário da realidade, é inventariar os aspectos sociais, culturais, sociais, econômicos e políticos das comunidades, para potencializar os projetos políticos pedagógicos e os currículos escolares a partir do contexto local, valorizando principalmente os saberes e fazeres da vida cotidiana dos estudantes.



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia (FPPEEQ)

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS/INVENTÁRIO DA REALIDADE

EMEF QUILOMBOLA: _____ TURMA: _____ ESTUDANTES PESQUISADORES: _____
ENTREVISTADO(S): _____

BLOCO 1

RECURSOS NATURAIS: (RE)CONHECENDO A BIODIVERSIDADE LOCAL

1. Como é a vegetação natural da sua comunidade? Que plantas nativas existem? _____

2. Que animais existem no lugar:

Nativos: _____

Domésticos: _____

3. Relevo existem na comunidade?

4. As características físicas do solo: cor, estrutura (arenosa, argilosa), terra solta ou compactada, presença de matéria orgânica?

5. O clima na região: Qual a regularidade das chuvas, qual a média de dias do sol por ano?

6- Há fontes de água no entorno da comunidade? Quais? Existe algum riacho, rio, lagoa, açude ou vertente de água no local ou próximo? Há alguma barragem em área próxima? Como é a qualidade da água? _____



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia (FPPEEQ)

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS/INVENTÁRIO DA REALIDADE

EMEF QUILOMBOLA: _____ TURMA: _____ ESTUDANTES PESQUISADORES: _____
ENTREVISTADO(S): _____

CONHECENDO OS ASPETOS DA MINHA COMUNIDADE BLOCO 2: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS

1. Quantitativo de famílias da comunidade. De onde vieram? A que etnias pertencem?

2. Morador mais antigo da comunidade: _____

3. Como se deu o processo de povoação da comunidade?/Os primeiros moradores? como viviam e se relacionavam? _____

4. Atualmente, há pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais na comunidade? Quais as deficiências presentes e como são assistidas? _____

5- Como eram as moradias antigamente? E como são as moradias hoje (condições básicas, características estéticas, proximidade entre elas). O que existe no entorno próximo das moradias? _____

6- Os meios de comunicação e de acesso às informações que são utilizados pelas famílias hoje na comunidade? _____

7. Os meios de transporte mais usados pelas famílias atualmente? Como estão as condições das estradas? _____

8- Que atividades de lazer são realizadas coletivamente ou por determinados grupos e quando acontecem na comunidade?

9- Há festas tradicionais que se realizam na comunidade, que datas costumam ser celebradas mais fortemente pelas famílias?

10- Igrejas/religiões que atuam no local e que práticas desenvolvem com as famílias?

11- Há grupos artísticos no local? Existe acesso próximo a atividades/produções artísticas, musicais?

12. Qual a média de anos de escolarização entre as famílias? Há pessoas (e em que faixa etária) que não são alfabetizadas? Existe algum trabalho de alfabetização de jovens, adultos e idosos na comunidade ou na região?

13- A maioria dos alimentos ingeridos pelas pessoas da comunidade contém agrotóxicos ou são orgânicos? Há muito consumo de alimentos processados ou ultraprocessados?

14- Quais os problemas de saúde mais comuns entre as famílias e como costumam ser tratados?

15- Há orientação técnica na comunidade sobre produção de produtos orgânicos?



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia (FP EEQ)

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS/INVENTÁRIO DA REALIDADE

EMEF QUILOMBOLA: _____ TURMA: _____ ESTUDANTES PESQUISADORES: _____
ENTREVISTADO(S): _____

BLOCO 3: SISTEMAS PRODUTIVOS E USO DE TECNOLOGIAS

1. As formas de acesso à terra na comunidade: terra própria de cada família ou pessoa, posse, arrendamento, comodato, uso comunitário? _____
2. A média de área total ocupada pelas famílias (para produção, moradia e outros usos comunitários)?

3. Como aconteceu as primeiras povoações das terras na comunidade? Há certificação/titulação? _____
4. As famílias têm acesso a políticas públicas ou programas? Quais? _____
5. Os cultivos existentes: Que plantas são cultivadas (espécies e variedades) e para que finalidades? Qual a origem das sementes utilizadas? Quais as formas de cultivo e que tecnologias são utilizadas? São usados fertilizantes sintéticos e agrotóxicos? São usados adubos ou outros produtos orgânicos? _____
6. Existem práticas de artesanato na comunidade, quais, quem trabalha nelas?

7. Há indústrias no local ou no entorno ou na região? Quais as principais e quem são seus proprietários? De onde são seus trabalhadores? Há membros desta comunidade trabalhando nelas? Em que regime de trabalho? - É feito uso de maquinários e ferramentas nas atividades produtivas? _____



EMEF QUILOMBOLA: _____ TURMA: _____ ESTUDANTES PESQUISADORES: _____
ENTREVISTADO(S): _____

BLOCO 4: FORMAS DE TRABALHO E SUA ORGANIZAÇÃO

1. Qual a divisão social do trabalho entre as diferentes atividades produtivas existentes na comunidade: Quem faz o que?

2. A forma predominante de organização do trabalho: familiar, trabalho coletivo (grupos, associações, cooperativas), outras formas.

3. Existe trabalho assalariado para atividades produtivas internas à comunidade? Existem trabalhadores assalariados de empresas externas próximas? Como se dá a participação das mulheres, dos jovens e das crianças no conjunto do trabalho, nos processos de decisão e de execução?

4. Há produção feita exclusivamente para comercialização na comunidade? Quais produtos? Como e onde é feita a comercialização de cada produto, quando acontece? - Há alguma forma de “assistência técnica” no local? Quem faz e de que forma?

5. Como é feito o trabalho doméstico: o que é feito em cada família? há serviços comunitários, como por exemplo, cuidado de crianças, preparo de alimentação em refeitórios coletivos?



EMEF QUILOMBOLA: _____ **TURMA:** _____ **ESTUDANTES PESQUISADORES:** _____
ENTREVISTADO(S): _____

BLOCO 5: LUTAS SOCIAIS E FORMAS DE INSERÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS FAMÍLIAS

1.As famílias desta comunidade participam em movimentos sociais, organizações de trabalhadores, sindicatos e outras entidades (locais ou mais amplas)? _____

2.Indicar as formas de organização coletiva existem na comunidade, e se a participação, é de toda família, ou só dos homens, das mulheres, dos adultos, dos jovens.

4. Pontuar as questões que têm mobilizado a organização ou participação nas lutas por políticas publicas desta comunidade?

5.Há políticas e ações afirmativas para os jovens desta comunidade? quais?

5. Que organizações, entidades ou instituições estão presentes e ou têm influência significativa sobre as relações e práticas da comunidade (movimentos sociais, sindicatos, igrejas, grupos culturais, órgãos públicos, cooperativas, entidades do agronegócio)?



EMEF QUILOMBOLA: _____ TURMA: _____ ESTUDANTES PESQUISADORES: _____
ENTREVISTADO(S): _____

BLOCO 6: EDUCAÇÃO: ESTRUTURA FÍSICA, FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E ASPECTOS CURRICULARES

1- Quais são as condições de infraestrutura da escola: salas de aula, biblioteca, acesso a luz elétrica, água, saneamento, internet, local para prática de esportes?

2 - Quem são os educadores: de onde vêm qual a formação, qual o regime de trabalho, se há rotatividade? _____

3 - Quem são os estudantes? Suas características de faixa etária, origem, etnia, gênero, vínculos familiares e sociais?

4 - Como é a organização do trabalho pedagógico na escola? - Como se dá a gestão da escola? É indicação, eleição ou processo seletivo? _____

5-Há processos pedagógicos em que os estudantes estão ou poderiam estar envolvidos? Há formas de interação com a comunidade? Quais? _____

6-Os documentos basilares da escola(Currículo, Projeto Político Pedagógico, Regimento interno e Diretrizes) Consideraram primeiramente os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história da comunidade quilombola? _____

7. Com que frequência esses documentos são (Re)elaborados e consultados? _____

8- Qual a referência seguida pela escola na seleção de conteúdos de ensino? Quem decide sobre o que ensinar? Em que forma os objetos de conhecimento e as habilidades são trabalhados: por componente, por área, com alguma forma integradora? Há uso de livros didáticos pelos professores e estudantes?

9 - Há planejamento pedagógico na escola? Quem faz? Quais os níveis de planejamento que existem? Que tipo de atividades são planejadas? _____

10. é oportunizado momentos de estudos e formação continuada para os educadores ? Com que frequência? Como acontece?

11. Costumam acontecer atividades realizadas pelos estudantes fora da escola? Quais e em que tempo? _____

12. Quais são os alimentos utilizados na merenda escolar e qual sua origem?



Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia

MUNICÍPIO: _____	ANO: _____
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: _____	COMUNIDADE: _____
RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO _____	DATA: _____

FICHA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA BAIXO SUL. RESPONSÁVEL: ILISETE DA HORA e SIMONE TELES

CENÁRIOS OBSERVADOS	INDICADORES	CONSIDERAÇÕES		
		Considera	Não considera	PONTUAR...
ESPAÇOS	A Secretaria de Educação e o município tem parceria e dialoga com os movimentos sociais de articulação das comunidades quilombolas (Fórum, CIACOQ).			
	O município dispõe de coordenador(a) específico para EEQ.			
	Há articulação entre a EEQ com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos de Comunidade Quilombola nas diferentes esferas do governo municipal.			
	Há diálogo entre gestão da escola, coordenação Pedagógica e organizações do movimento Quilombola nos níveis local, regional			
PEDAGOGIA PRÓPRIA	Faz uso de Projeto Político Pedagógico elaborado e reelaborado de acordo a pedagogia própria para EEQ.			
	Os Projetos Políticos Pedagógicos são elaborados/reelaborados é intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e economia das Comunidades Quilombolas.			
	A construção e reelaboração dos projetos Políticos Pedagógicos acontece de forma coletiva mediante o envolvimento e participação de da comunidade escola e local.			
	Há observância dos princípios e concepções da Educação Escolar Quilombola nos projetos políticos Pedagógicos das escolas.			
	Há a garantia de formação inicial e continuada aos docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola.			

	Possui ou está construindo Diretrizes Municipais para Educação Escolar Quilombola.			
	Implementa as Diretrizes Nacionais, Estaduais e a Lei 10.639/03.			
CURRÍCULO	Reconhece e respeita a história de luta das comunidades quilombolas, dos espaços e dos tempos dos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem.			
	O currículo da Educação Escolar Quilombola considera as práticas, os contextos socioculturais, regionais e territorial das comunidades quilombolas.			
	O currículo reconhece a história e cultura Afro brasileira como elementos estruturantes do processo Civilizatório nacional e regional.			
	Considera a liberdade religiosa, como princípio jurídico, político e pedagógico, e proíbi toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas Quilombolas.			
GESTÃO DE RECURSOS	O transporte escolar para os estudantes quilombolas, considera o Código Nacional de Trânsito, as distâncias de deslocamento, a acessibilidade, as condições das estradas e vias, estado de conservação dos veículos na sua idade de uso.			
	A secretaria Municipal de Educação, garante a alimentação escolar na forma da lei, em conformidade com as especificidades culturais das comunidades quilombolas, garantindo soberania alimentar com qualidade biológica, nutricional, sanitária e tecnologia dos alimentos.			
	O cardápio das escolas Quilombolas é diferenciado das outras escolas regulares.			
	Existe diálogo e parceria entre a Secretaria de Educação, Fórum Estadual Permanente e o movimento de Articulação das Comunidades Quilombolas para dialogar sobre tais recursos.			

OBSERVAÇÃO: TaL FICHA DE ACOMPANHAMENTO, está baseada nas Diretrizes Estaduais para Educação Escolar Quilombola, material vazado implantado no município de Ituberá, e **não está autorizado** ser utilizado por municípios, instituições, comunidades, territórios, pesquisador(a), estando disponível para aprovação das **LIDERANÇAS DO MOVIMENTO QUILOMBOLA**.

Com aprovação, será utilizado nos municípios de: Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Cairu, Taperoá e Valença, com a finalidade de acompanhar o processo de implementação das Diretrizes Nacionais, Estaduais Municipais para EEQ e a lei 10.639/03, com visitas mensais e articulada com as Secretarias Municipais de Educação, coordenadores pedagógicos e lideranças quilombola destes municípios supracitados.